

## EDITORIAL

### POR UMA NOVA VISÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

VÍTOR OLIVEIRA

Uma característica fundamental, ou, em outras palavras, um privilégio singular do trabalho em investigação científica é ter tempo para “parar”. Ter tempo para parar significa ganhar distância crítica com o objetivo de “olhar” para uma determinada realidade e fazer um ponto de situação, organizar o conhecimento, definir o estado da arte e, posteriormente, afinar ou reforçar caminhos existentes ou mesmo propor novas direções.

Um “olhar” sobre a prática de arquitetura atual revela um enfoque cada vez maior na produção do edifício excepcional em detrimento de outros elementos que constituem a forma física das cidades. Esse foco profissional é reforçado por um ensino universitário mais interessado em formar arquitetos que dominem o desenho desses objetos excepcionais ao invés de um domínio sobre o desenho da cidade (CATALDI, 2015; STRAPPA, 2018). A investigação em arquitetura também parece ter um interesse cada vez mais fechado nesses edifícios excepcionais, enquadrando o edifício na obra do seu autor e comparando-o com a obra dos seus pares. Assim, há sempre uma lógica narrativa que explora fundamentalmente a “arquitetura de autor”, de onde resulta uma ausência de referências de formas e espaços tradicionais e anônimos, o que penaliza o produto final (OLIVEIRA, 2018).

Por outro lado, um “olhar” sobre a prática profissional de urbanismo revela o domínio de uma conformação burocrática quanto aos sistemas de planejamento nacionais, num quadro normativo em que as autarquias locais, em razão de constrangimentos, parecem mais predispostas a “reagir” às múltiplas ações dos atores privados ao invés de pensar e agir de modo sistemático sobre a cidade. Essa realidade é sublinhada por um ensino universitário que privilegia a dimensão processual em prejuízo da dimensão substantiva, explorando um conjunto de temas que, apesar de importantes, por si só (sem o complemento dos aspectos substantivos) constituem necessariamente um corpo de conhecimento desequilibrado. Se é verdade que a investigação em urbanismo parece ter maior abrangência e um olhar mais assertivo sobre a realidade, ao contrário da prática e do ensino (ou a prática, o ensino e a investigação em arquitetura), é também verdade que essa investigação deveria empenhar mais esforço na construção de um eficaz canal de comunicação com esse ensino e essa prática.

Todo esse enquadramento, o qual é problemático e se materializa de modo dramático sobre cada território e sobre a vida quotidiana de quem nele reside ou trabalha, contribuiu também para a criação de um vazio entre arquitetura e urbanismo. Trata-se de um



vazio que se expressa seja no nível dos atores (profissionais, acadêmicos e investigadores), seja no nível dos palcos de atuação (prática, ensino e investigação).

Ao longo de seis milênios, o processo de construção de cidade ocorreu por meio de uma sucessão de permanências e transformações. Cidades milenares como Roma, Istambul, Bagdad ou Pequim são exemplos notáveis dessa extensão e dessa alternância. No entanto, nenhuma ruptura terá sido tão dramática como aquela que se começou a produzir há pouco mais de 100 anos. O aumento substancial da população urbana, o desenvolvimento do setor imobiliário como ator fundamental, o aumento da utilização de modos de transporte motorizados — tudo isso enquadrado por um novo entendimento do fator “tempo” e suportado por novas teorias de arquitetura e urbanismo, conduziu à produção de áreas urbanas radicalmente novas, no que se refere à sua dimensão física. De fato, essa dimensão física passou a se caracterizar por uma crescente redução da acessibilidade espacial, da densidade, da diversidade e da continuidade, traduzindo-se, por fim, numa preocupante diminuição da urbanidade (AGUIAR & NETTO, 2012).

Nas novas teorias de arquitetura e urbanismo do início do século XX, o rompimento com o passado era uma premissa fundamental. A cidade jardim e a cidade modernista desenvolvem-se como modelos em clara oposição à cidade medieval (que, em muitos casos, incorpora permanências de períodos históricos anteriores) e à cidade do século XIX. Letchworth e Frankfurt constituem materializações iniciais desses dois modelos: a primeira, criada por oposição à Londres industrial; a segunda, expandida através de fragmentos residenciais que negam a cidade como um todo e que se materializam em formas urbanas propositadamente desarticuladas da Frankfurt herdada do século XIX. Por todas essas questões, não é de estranhar que as teorias emergidas em meados do século XX, após a constatação das inúmeras fragilidades desses modelos, procuram recuperar a ligação com o passado, entretanto perdida. No entanto, dá-se um equívoco fundamental, visto que referidas teorias, na tentativa de recuperar essa ligação, centram-se nas formas dos edifícios e nos estilos arquitetônicos. Desse modo, vão sendo produzidas, ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, novas áreas urbanas que, apesar de apresentarem diferenças no estilo arquitetônico e no invólucro dos edifícios, partilham um conjunto de problemas com as áreas urbanas da primeira metade do século XX.

Defende-se, neste texto, que uma nova visão de arquitetura e urbanismo necessita assentar numa capacidade efetiva de ligar passado, presente e futuro. No entanto, ao contrário das teorias que se desenvolveram a partir de meados do século XX, sustenta-se, próximo de autores como Conzen M.R.G. (1960) e Conzen M.P. (2018), que o enfoque deve estar nos elementos mais estruturantes e perenes da forma urbana, elementos esses que paradoxalmente são os menos visíveis. Referimo-nos aos elementos que constituem o “plano de cidade”, ou seja, o sistema de ruas (entenda-se o sistema de espaço público incluindo não só os espaços de circulação, mas também os espaços de permanência), os quarteirões, as parcelas e os edifícios, ou, mais especificamente, a sua planta de im-

plantação. Importa esclarecer que esse enfoque bidimensional se distancia da genérica composição modernista “em planta” — normalmente simplista, abstrata e centrada apenas nos edifícios. Diferentemente, o enfoque bidimensional proposto reconhece toda a complexidade do fenômeno urbano. Em primeiro lugar, leva em consideração a tridimensionalidade do suporte natural e do tecido edificado — distinguindo o tecido residencial do tecido institucional — veja-se a este respeito o conceito de cintura periférica, ou *fringe belt*, em Whitehand (2019) —, e das funções e usos do solo; em segundo lugar, observa a acumulação de camadas históricas. Sustenta-se que tudo isto se rebate com maior pertinência no “plano de cidade”.

Um enfoque no que é estrutural, e não no que é mais visível, mas também mais efêmero, permitirá estabelecer uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Toma-se o exemplo do tipo de parcelamento regular de frente estreita (e de profundidade mais ou menos elevada) existente em tantas cidades em diferentes partes do mundo, seja esse parcelamento “mais” planejado, seja esse parcelamento “menos” planejado: em Nova Iorque e, em particular, no seu plano de 1811, há uma gênese planejada; Amsterdã e Londres ilustram, por sua vez, uma gênese menos planejada. Ao definir uma frente de parcela estreita, que nessas três cidades varia entre 5 e 7,5m, promove-se densidade, diversidade e continuidade. No entanto, essa densidade, diversidade (de edifícios e de pessoas) e continuidade pode ser dada por edifícios medievais, por construções do século XIX, por edifícios do século XX ou por construções do início do século XXI. Mais ainda, esses edifícios podem ser unifamiliares, multifamiliares ou uma mistura de ambos. Ao longo da história urbana de várias cidades, este tipo de parcela mostrou ser capaz de suportar todos os tipos de edifícios. No início do século XXI, essas áreas parecem ser aquelas que concentram maiores vantagens em termos sociais, econômicos e ambientais (OLIVEIRA, 2016).

Defende-se assim que a compreensão rigorosa do “plano de cidade” deve constituir uma preocupação central de uma nova visão de arquitetura e urbanismo. Sobre este primeiro *layer* de análise e desenho, será desenvolvida, nas diferentes partes do território, a inevitável tensão entre conservação e transformação. Algumas partes do território “pedirão” mais conservação, outras partes “exigirão” mais transformação. É certo que a musealização e a obliteração serão opções extremas que poucas vezes se justificarão, visto que é importante ser definido em cada caso o que é indispensável conservar e o que é possível ou desejável transformar, com respaldo de uma cuidadosa análise morfológica. Barke (2018) descreve como essa análise morfológica pode contribuir para uma intervenção no ambiente construído de modo que promova a manutenção da memória coletiva e do nosso sentido de pertença, tendo em vista que, para haver presente e futuro, é necessário haver passado.

Outra questão importante numa nova visão de arquitetura e urbanismo, intimamente ligada ao “plano de cidade”, é o entendimento do solo como um recurso escasso, enquadrado por uma perspectiva metabólica. Para uma cidade funcionar, é preciso um conjunto de recursos — energia, água, materiais, alimentos e solo. O padrão de consumo

do recurso solo sofreu uma transformação fundamental com a introdução e a utilização generalizada dos modos de transporte motorizados. De modo geral, a partir de dada altura e da constatação de que as cidades já não necessitavam ser muralhadas nem compactas, a extensão das deslocações diárias pode crescer de uma forma que o modo pedonal não permitia. Essa aparente liberdade sem custos foi tornando as pessoas progressivamente ineficazes na utilização do solo. Essa falta de eficácia é visível à escala macro, e é aí que a literatura se tem centrado, mas também é evidente à escala micro. À escala micro, foi-se perdendo eficácia no modo como é decidido, nas áreas urbanas, o que é espaço público (de circulação e de permanência), o que é espaço exterior privado e o que é espaço construído. O equilíbrio resultante de um longo processo de aprendizagem — e da progressiva adaptação entre pessoas e formas urbanas —, que está materializado ainda hoje nas partes da cidade de origem medieval e do século XIX, foi completamente subvertido pelos modelos da cidade jardim e da cidade modernista. Para além disso, o modo como o “artificial” se articula com o “natural” e como o “impermeável” se articula com o “permeável” também sofreu alterações insustentáveis. Tudo isso deve ser reequacionado numa nova visão de arquitetura e urbanismo.

Os avanços científicos recentes na área da morfologia urbana (OLIVEIRA, 2016; KROPF, 2017) deverão constituir um suporte fundamental para uma nova visão de arquitetura e urbanismo. Não sendo consensual a linearidade dessa influência (ver por exemplo Holanda (2018), e Maretto (2018), para duas posições conflitantes), é inegável a relevância do suporte morfológico para uma prática profissional mais atenta ao “tempo”, ao “lugar” e às pessoas, para uma prática profissional que torne as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D.; NETTO, V. (Ed.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- BARKE, M. The importance of urban form as an object of study. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.11-30.
- CATALDI, G. Didática da morfologia urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, v.3, n.1, p.57-59, 2015.
- CONZEN, M.P. Core concepts in town-plan analysis. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.123-143.
- CONZEN, M.R.G. *Alnwick, Northumberland: A study in town-plan analysis*. London: Institute of British Geographers, 1960. Publication n.27.
- HOLANDA, F. Inserting urbanity in a modern environment. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.185-203.
- KROPF, K. *The handbook of urban morphology*. Chichester: Wiley, 2017.
- MARETTO, M. Teaching urban morphology in a sustainable perspective. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.243-264.
- OLIVEIRA, V. *Urban morphology, an introduction to the study of the physical form of cities*. Cham: Springer, 2016.

OLIVEIRA, V. Por uma alternativa em arquitetura. *Revista de Morfologia Urbana*, v.6, n.1, p.3-4, 2018.

STRAPPA, G. Reading the built environment as a design method. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.159-184.

WHITEHAND, J.W.R. Green space in urban morphology: A historico-geographical approach. *Urban Morphology*, v.23, n.1, p.5-17, 2019.

**VÍTOR OLIVEIRA** | ORCID iD: 0000-0002-7569-3839 | Universidade do Porto | Faculdade de Engenharia | Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente | R. Roberto Frias, s/n., 4200-465, Porto, Portugal | *E-mail*: <vitorm@fe.up.pt>.

### **Como citar este artigo/How to cite this article**

OLIVEIRA, V. Por uma nova visão de Arquitetura e Urbanismo. *Oculum Ensaios*, v.16, n.3, p.433-443, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v16n3a4722>

Recebido e aprovado  
em 5/9/2019.



## EDITORIAL

### FOR A NEW VIEW ON ARCHITECTURE AND PLANNING

VÍTOR OLIVEIRA

A key feature or, in other words, a unique privilege of scientific research work is to have time to “stop”. Having time to stop means gaining critical distance, aiming to “look” at a given reality and organize knowledge, define the state of the art and then refine or reinforce existing paths or even propose new directions.

A look at current architectural practice reveals an increasing focus on the production of exceptional buildings at the expense of the other urban form elements. This professional focus is reinforced by a university education which is more interested in training architects who dominate the design of these iconic objects rather than mastering the design of the city (CATALDI, 2015; STRAPPA, 2018). In addition, research in architecture also seems to have an increasingly closed interest in these emblematic buildings. Many studies seek to understand the building design in the work of the author and often compare it with the work of their peers. This type of research always carries a narrative logic that fundamentally explores “authorial architecture”. As a result, there is an absence of research and references to the repertoire of traditional and anonymous forms and spaces, with a negative impact on the end product (OLIVEIRA, 2018).

On the other hand, an analysis of professional practice in planning reveals a bureaucratic conformation to the national planning systems. Local authorities, for different reasons, seem more likely to ‘react’ to the multiple actions of private actors than to think and act systematically about the city. This reality is underlined by a university teaching that privileges the procedural dimension over the substantive dimension. Indeed, the academy explores a set of themes that, even though they are important, necessarily constitute an unbalanced body of knowledge in themselves (without the complement of substantive aspects). While it is true that planning research seems to have a broader scope and a more assertive look at reality, unlike practice and teaching (or practice, teaching and research in architecture), it is also true that such research should engage more effort in building an effective communication channel with this teaching and practice.

All this problematic framework, which dramatically materializes on each territory and on the daily life of those who live or work in it, also contributed to the creation of a gap between architecture and planning, which is expressed either by the actors (professionals, academics and researchers) or the stages for action (practice, teaching and research).



Over the course of six millennia, the process of city building has been carried out through a succession of permanencies and transformations. Millennial cities such as Rome, Istanbul, Baghdad, or Beijing are notable examples of this extension and development. However, no rupture would have been as dramatic as the one that began just over 100 years ago. The substantial increase in urban population, the development of the real estate sector as a key agent, the increased use of motorized means of transport — all framed by a new understanding of the “time” factor and supported by new theories of architecture and planning, has led to the production of radically new urban areas in terms of their physical dimension. In fact, this physical dimension is characterized by a reduction of spatial accessibility, density, diversity and continuity, finally leading to a worrying decrease in urbanity (AGUIAR & NETTO, 2012).

In early twentieth-century theories of architecture and planning, the break with the past was a fundamental premise. The garden city and the modernist city have developed as models in clear opposition to the medieval city (which, in many cases, incorporates permanencies from previous historical periods) and the nineteenth century city. Letchworth and Frankfurt are initial materializations of these two models. The conception of Letchworth seeks an antithesis to the industrial London, and Frankfurt expanded into residential fragments that deny the city as a whole and materialized into purposely-disjointed urban forms in relation to those inherited from the nineteenth-century. For all this, it is not surprising that the theories that begin to emerge in mid-twentieth century, after realizing the numerous weaknesses of these models, try to recover the lost connection with the past. Yet, a fundamental misconception arises, and the dominant theories seek to recover this connection by focusing on building forms and architectural styles. Based on this assumption, new urban areas are produced throughout the second half of the twentieth and early twenty-first centuries that, despite differences in architectural style and building envelope, share a set of problems with the urban areas from the first half of the twentieth century.

It is argued in this paper that a new view of architecture and planning must be based on an effective ability to link past, present and future. However, unlike theories that have developed from the mid-twentieth century, it is argued, close to Conzen M.R.G. (1960) and Conzen M.P. (2018), that the focus should be on the most structuring and perennial elements of the urban form, elements that paradoxically are the least visible. These are the elements that make up the “town-plan”, *i.e.*, the street system (meaning the public space system including not only spaces for circulation, but also spaces for permanence), street-blocks, plots and buildings, or more specifically their block-plans. It is important to clarify that this two-dimensional approach distances itself from the generic modernist “plan” composition — usually simplistic, abstract and centered only on buildings. On the contrary, the two-dimensional approach proposed in this Editorial recognizes the full complexity of the urban phenomenon. Firstly, in terms of the three-dimensionality of the

natural support and the building fabric — distinguishing residential from institutional fabric — in this respect, see the concept of fringe belt, in Whitehand (2019) — and land uses. Secondly, in terms of accumulation of historical layers. All this is expressed with greater permanence on the “town-plan”.

A focus on what is structural, and not on what is most visible and most ephemeral, will establish a continuity line between past, present and future. Let's take the example of regular narrow frontage plots (with variable depth) existing in so many cities in different parts of the world, regardless of whether this creation and development is “more” or “less” planned. New York, in its 1811 plan, would exemplify a planned genesis; Amsterdam and London would illustrate a less planned genesis. By defining a narrow plot frontage, which in these three cities varies between 5 and 7.5m, a greater density, diversity and continuity is induced. However, this density, diversity (of buildings and people) can be offered by medieval buildings, nineteenth century buildings, twentieth century buildings or even early twenty-first century buildings. Moreover, these buildings can be single-family, multi-family or a mixture of both. Throughout the urban history of several cities (and not just the above mentioned three), this type of plot has been able to support all these types of buildings. At the beginning of the Twenty-first century, these areas seem to be those that concentrate the greatest social, economic and environmental advantages (OLIVEIRA, 2016).

It is therefore argued that a rigorous understanding of the “town-plan” should be a central concern of a new view of architecture and planning. On this first layer of analysis and design, in different parts of the territory, the inevitable tension between conservation and transformation will then be developed. Some parts of the territory will “ask” for more conservation, other parts will “demand” more transformation. While musealization and obliteration will be extreme options that are rarely justified, it is important that the definition of what is indispensable to conserve and what is possible or desirable to be transformed is supported by careful morphological analysis. Barke (2018) tells readers how this morphological analysis can contribute to an intervention in the built environment in a way that promotes the maintenance of our collective memory and our sense of belonging, bearing in mind that in order to have a present and a future, it is necessary to have a past.

Another key issue in a new view of architecture and planning, closely linked to the “town-plan”, is the understanding of land as a scarce resource, framed by a metabolic perspective. For a city to function, it needs a set of resources — energy, water, materials, food and land (to name the most important). The pattern of consumption of land has undergone a fundamental transformation with the introduction and widespread use of motorized means of transports. Generally speaking, from a certain point onwards, and as cities no longer needed to be walled or even compact, the extent of daily travelling could grow in a way that pedestrian modes would not allow. This apparent

freedom, with no cost, has led to a progressively ineffective management of land use. This ineffectiveness is visible at the macro scale, and this is where the literature has focused, but it is also evident at the micro scale. At the micro scale, the management of each urban area has been losing effectiveness in terms of the decisions on what is public space (of circulation and permanence), what is private outdoor space and what is built space. The balance resulting from a long learning process — and the progressive adaptation between people and urban forms — which is still expressed today in parts of the city of medieval and nineteenth century origin, has been completely subverted by the models of the garden city and the modernist city. Moreover, the way the “artificial” articulates with the “natural” and how the “impermeable” articulates with the “permeable” has also undergone unsustainable changes. All this must be rebalanced in a new view of architecture and planning.

Recent scientific advances in urban morphology (OLIVEIRA, 2016; KROPF, 2017) should be a fundamental support for a new view of architecture and planning. Although this influence is not straightforward (refer, for example, to Holanda (2018) and Maretto (2018) for two conflicting positions), it is evident the relevance of morphological support for a professional practice that is more attentive to “time”, “place” and people, and that can make cities more inclusive, safe, resilient and sustainable.

## REFERENCES

- AGUIAR, D.; NETTO, V. (Ed.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- BARKE, M. The importance of urban form as an object of study. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.11-30.
- CATALDI, G. Didática da morfologia urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, v.3, n.1, p.57-59, 2015.
- CONZEN, M.P. Core concepts in town-plan analysis. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.123-143.
- CONZEN, M.R.G. *Alnwick, Northumberland: A study in town-plan analysis*. London: Institute of British Geographers, 1960. Publication n.27.
- HOLANDA, F. Inserting urbanity in a modern environment. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.185-203.
- KROPF, K. *The handbook of urban morphology*. Chichester: Wiley, 2017.
- MARETTO, M. Teaching urban morphology in a sustainable perspective. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.243-264.
- OLIVEIRA, V. *Urban morphology, an introduction to the study of the physical form of cities*. Cham: Springer, 2016.
- OLIVEIRA, V. Por uma alternativa em arquitetura. *Revista de Morfologia Urbana*, v.6, n.1, p.3-4, 2018.
- STRAPPA, G. Reading the built environment as a design method. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching urban morphology*. Cham: Springer, 2018. p.159-184.
- WHITEHAND, J.W.R. Green space in urban morphology: A historico-geographical approach. *Urban Morphology*, v.23, n.1, p.5-17, 2019.

**VÍTOR OLIVEIRA** | ORCID iD: 0000-0002-7569-3839 | Universidade do Porto | Faculty of Engineering | Territory, Transport and Environment Research Center | Roberto Frias Street, no number, 4200-465, Porto, Portugal | E-mail: <vitorm@fe.up.pt>.

***Como citar este artigo/How to cite this article***

OLIVEIRA, V. For a new vision of Architecture and Planning. *Oculum Ensaios*, v.16, n.3, p.433-443, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v16n3a4722>

Received and  
approved in  
9/5/2019.